O QUE É ESTÁGIO SUPERVISIONADO? LIMITES E POSSIBILIDADES NA CONCEPÇÃO DE PEDAGOGOS EM FORMAÇÃO

Rebeca Leitão Gouveia[1]; Maria das Graças de Almeida Baptista[2]

[1]UFPB, João Pessoa – PB, Brasil, rebeccalg2009@gmail.com

[2]UFPB, João Pessoa – PB, Brasil, mgabaptista2@yahoo.com.br

Introdução

Dentre a enorme gama de atividades e disciplinas que podem ser desenvolvidas em cursos de graduação, talvez a que seja alvo de maior expectativa ou a mais significativa para os estudantes, sobretudo em cursos de licenciatura, sejam os estágios supervisionados obrigatórios. É no momento do estágio que os estudantes são inseridos no contexto do seu futuro local de trabalho. Afinal, é para isto que estão em processo de formação de professores.

Durante todo o curso, os estudantes têm contato com diversos conteúdos e teorias que possuem grande relevância em serem abordados antes de serem introduzidos aos estágios, uma vez que, é através da compreensão das teorias que os estudantes terão um olhar direcionado sobre a prática, por exemplo, pensar qual teoria do currículo orienta a prática pedagógica do professor na escola que se realiza o estágio.

O estágio "é uma atividade de aprendizagem do ensino de um conteúdo – e não simplesmente uma situação de ensino deste conteúdo" (Carvalho, 1985, p. 5). Em outras palavras, sem limitar-se a transmitir o conteúdo, é preciso também criar as condições necessárias para que o estudante se aproprie do conhecimento e estabeleça relações com a prática. No entendimento de Saviani (2011, p. 17), "para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação".

A assimilação da realidade na escola através dos estágios supervisionados depende da articulação entre a teoria e a prática que os estudantes estabelecem e como concebem esta relação. Candau e Lelis (2014) agrupa as concepções da relação teoria e prática em duas perspectivas, de um lado, uma perspectiva dicotômica, de outro, uma perspectiva de unidade.

Nesse sentido, ao tratar do estágio supervisionado no curso de pedagogia, este estudo tem como ponto de partida a pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado pelas autoras cuja problemática está em torno da concepção que se tem de relação teoria e prática nos estágios supervisionados do curso de Pedagogia. Justifica-se a escolha pela temática por dois motivos: a inquietação vivenciada nos momentos de socialização da experiência de estágio nas aulas dentro da universidade quando alguns colegas situavam não estabelecer relação; e, a literatura que discute o estágio e sua relação com a estrutura dos cursos de licenciatura.

A problemática norteadora é a pesquisa é: Qual a concepção dos estudantes de Pedagogia acerca do estágio supervisionado em seus limites e possibilidades da relação teoria e prática? O objetivo geral é: compreender a concepção de discentes de Pedagogia da UFPB, *Campus* I, acerca do estágio supervisionado, seus limites e possibilidades de pensar a relação teoria e prática.

Metodologia

Consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa que segundo Minayo (2002, p. 21) "trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis".

Foi realizado um levantamento documental acerca dos documentos que orientavam o curso de Pedagogia, sobretudo quando se instituiu a formação de professores em cursos de licenciatura plena. Dentre esses documentos elencamos a LDBEN 9394/96, As Resoluções nº 1/2002 e nº 2/2002, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia instituídas em 2006.

A pesquisa empírica realizada com estudantes do curso de Pedagogia da UFPB, foi desenvolvida através de entrevista semiestruturada e "se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada" (MINAYO, 2002, p.57).

Aos entrevistados foram entregues Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo-lhes o anonimato. Por essa razão, os nomes verdadeiros foram ocultados e a identificação se dá pela sigla D(discente)+X (número do participante).

Foram entrevistados separadamente, com data e horário pré-agendados e dentro da própria instituição, 3 (três) estudantes de Pedagogia da UFPB, *Campus* I, sendo 1 (um) discente de cada turno que já cursaram até o Estágio Supervisionado IV[1]. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas para análise das informações que se deu método hermenêutico dialético.

Marcas históricas na estruturação do Estágio Supervisionado

O curso de Pedagogia historicamente enfrentou situações diversas que impulsionaram a perspectiva dicotômica na formação desses profissionais, desde seu estabelecimento em 1939, que separava a formação entre professor e especialista, bacharelado e licenciatura, como sinaliza Freitas (2002). Todavia, com as reformas ocorridas, em especial, no processo de redemocratização do Brasil, nova estrutura foi dada ao curso de Pedagogia, estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), pela Resolução CNE/CP nº1/2002.

Tal resolução instituiu orientações para a "Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena" que são constituídas como "um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica" (Brasil, 2002a, p. 1).

Ainda que hoje os cursos de Pedagogia estejam sendo orientados por documentos mais atuais como a Resolução CNE/CP nº 4/2024, se faz necessário trazer as primeiras diretrizes, tendo em vista que delas partiram o desenvolvimento de novas orientações para a formação de professores, bem como pelo fato de terem orientado os cursos de licenciatura, de modo geral, por muitos anos.

Esses documentos do início dos anos 2000 estabeleceram orientações específicas do que se trata o Estágio Supervisionado e a sua carga-horária mínima de 300 horas de atividade (Brasil,

[1] Conforme consta no PPC, o curso possui até o Estágio Supervisionado V (UFPB, 2006).

2002b). Entretanto, embora haja determinações legais acerca do estágio e do tempo de sua execução, a relação estabelecida pelos estudantes se faz pelo desenvolvimento do próprio curso, isto é, de como se estrutura para possibilitar os estudantes fazerem suas relações.

Em 2006, foram instituídas as primeiras diretrizes específicas para a formação em licenciatura em Pedagogia. Acerca do estágio, as diretrizes em questão fazem menção a ser uma atividade de no mínimo 300 horas distribuída ao longo do curso, de modo a "assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências" (Brasil, 2006, p. 9).

Ainda que o documento faça apontamentos sobre o estágio, não faz menção a relação teoria e prática nesse espaço, logo, fica a critério dos cursos de licenciatura estabelecer como ele será desenvolvido. Todavia, muitas vezes esta atividade é negligenciada por não se estruturar de uma forma que favoreça a articulação dos conhecimentos (teorias) com a realidade escolar. Nesse entendimento Kulcsar (2012) adverte que embora seja obrigatório para todos os cursos de licenciatura, não é devidamente explorado.

Acreditamos que uma das razões que justificam o não aproveitamento dos estágios supervisionados, tenha sido a própria estruturação dos cursos de Pedagogia e de outras licenciaturas quando foram instituídos no Brasil pelo "esquema 3+1", no qual o estudante cursava os três primeiros anos do conteúdo específico do curso, e no último ano, as disciplinas relativas ao ensino como didática e a prática de ensino. Este esquema "baseava-se na separação bacharelado-licenciatura, causando a dicotomia entre dois elementos componentes do processo pedagógico: o conteúdo e o método, a teoria e a prática" (Martelli e Manchope, 2004, p. 3).

Segundo Piconez (2012), o caráter complementar conferido ao Estágio Supervisionado constitui "a maior dicotomia existente entre teoria e prática". Assim, os estágios ficam reduzidos a uma atividade que se dá na prática, sem articulação com os conhecimentos sistematizados que compõem o currículo das licenciaturas.

Legalmente, com a instituição da LBD, a formação 3+1 foi superada, tornando obrigatório que a formação se dê em curso superior de licenciatura plena "admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal" (Brasil, 1996).

Ainda assim, mesmo em meio as mudanças nas legislações nos anos posteriores, como a Resolução n° 2/2015, que definia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em cursos de licenciatura, revogadas pela BNC-Formação de 2019, e mais recentemente revogada também pela Resolução nº 4/2004, as marcas dessa longa trajetória da estruturação dos cursos de licenciatura impacta nos dias que recorrem, em especial na maneira como os estágios são compreendidos e vivenciados.

Estágio Supervisionado na concepção de pedagogos em formação

Partimos do princípio de que o estágio, segundo a própria Lei nº 11.778/2008, é "ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos" (Brasil, 2008). Nesta condição, é uma forma de inserir o estudante no seu futuro local de trabalho, através de "observações e intervenções, elaboradas pelos próprios alunos para realizar nas salas de aula das escolas em que estão inseridos" (Gouveia, 2017).

Para os entrevistados, caracteriza-se como "*uma experiência proporcionada pelo Curso, para que possamos saber a questão da docência, como é a prática do professor em sala de aula*" (D2). Na mesma direção, afirmou D3 que "*é uma experiência muito rica, principalmente da parte de oportunizar para todos os estudantes, poder ter essa experiência no campo".* A entrevista com D1 também comunga desse pensamento que o estágio "*proporciona ao estudante a experiência com a sala de aula, como no caso aqui da Pedagogia, né, proporciona essa experiência".*

Acreditamos que quando discentes defendem a concepção de estágio como experiência, essa concepção se dá, talvez, pelo fato de ser essa, uma das poucas ou a única disciplina do curso que põe o estudante em contato com a realidade escolar. Ultrapassando os limites impostos pela estrutura propedêutica dos cursos de licenciatura, como assegura Freitas (2012), é necessário o enfrentamento da dicotomia teoria-prática, "buscando ações necessárias para que essa articulação se efetive em uma perspectiva de unidade, como dois componentes indissolúveis da práxis".

Por tal razão, é tão comum que associem o estágio a parte prática do curso, como afirma D3 e D1, respectivamente, "*a gente pegar todos esses conteúdos, tudo que a gente aprendeu durante esse período de vivência na universidade e levar para prática", "o estágio, para mim, é a oportunidade que a gente tem de colocar tudo que a gente vê na sala de aula, toda teoria, na prática, é isto!"*

Entretanto, embora reconheçamos ser esta uma concepção hegemônica nos entrevistados, devido a própria organização curricular dos cursos, concordamos com Carvalho (2013, p. 323) que "não é propriamente a parte 'prática' do curso. É uma disciplina como outra, com fundamentos, ementário e objetivos". Nas palavras de Freitas (2002, p. 31), é o momento em que os estudantes "criam possibilidades de vivenciar o trabalho pedagógico, o trabalho concreto, produtivo e reprodutivo da existência humana material e cultural".

Nesse sentido, é importante reconhecer o estágio como um momento valioso dentro do curso por possibilitar essa imersão na realidade, entretanto, não deveria ser este o único momento do curso para isto. Segundo Freitas (2002, p. 32), este fenômeno ocorre em razão da estrutura dos cursos "que vigora na grande maioria das instituições de ensino superior, [que] separa os momentos de teoria e os momentos de prática".

A dissociação entre a teoria e a prática nos estágios é pontuada pelos entrevistados quando asseguraram que "*eles [teoria e prática] são muito distintos. Muita teoria de um lado e prática do outro, e eu acredito que não tenha muito essa relação"* (D2).

Por outro lado, D1 afirmou reconhecer essa relação pelo movimento de aplicação da teoria na prática: "*a gente tem aquela fundamentação primeiro, a gente se prepara, tem toda uma base teórica, e a gente vai para a realidade aplicá-la*". No mesmo entendimento advertiu D3 que a relação se caracteriza por "*você só pode aplicar aquilo diretamente na prática, você praticando em sala de aula... ver se dá certo, se aquela concepção que a gente tem daquilo, do que a gente aprendeu, se vai dar certo ou não*".

Concordamos com Piconez (2012, p. 20) que o estágio "deveria supor uma produção de conhecimento, que, através de um processo criador e recriador, já não se limitasse à pura transferência e 'aplicação' de teorias ou de conteúdos".

Para além de uma concepção dicotômica de estágio, compreendemos ser uma atividade em potencial para possibilitar que os estudantes de licenciaturas façam o movimento entre a teoria e a prática, não numa perspectiva justaposta, fragmentada ou unilateral, "aonde o discente vai até unidade escolar testar as teorias aprendidas na universidade, mas sim numa relação dialética, de compreensão das particularidades e contradições que envolvem o trabalho docente" (Carvalho, 2013, p. 323).

Se faz necessário, portanto, que seja possibilitado aos estudantes vivenciar tanto os estágios como as demais disciplinas do curso, em constante movimento de teoria e prática para desenvolver o pensamento e o olhar crítico sobre a prática, bem como vivenciar uma prática que tenha como base a apropriação dos conhecimentos teóricos, uma vez que a realidade por si só é incapaz de ser apreendida, mas sim, pelo processo de abstração que revela e compreende o fenômeno em suas determinações históricas e sociais.

Conclusões

Este estudo que partiu do TCC realizado pelas autoras teve como fenômeno investigado o Estágio Supervisionado no curso de Pedagogia considerando as possibilidades e os limites impostos a esta disciplina. A bibliografia que embasou a escrita deste resumo nos apresenta o estágio como uma parte importante do curso, caracterizado como disciplina e atividade, assim como os demais componentes curriculares, mas que ainda precisa ser melhor explorado e organizado, tendo em vista que muitas vezes fica restrito a ideia de ser a parte prática do curso.

O reducionismo à prática é produto histórico da maneira como os cursos de licenciatura, sobretudo Pedagogia, se estruturou no Brasil em meados 1939. Mesmo em meio às reformas realizadas nos anos posteriores a ideia de o estágio ser somente a parte prática ainda é predominante. Tal concepção se reflete na concepção dos discentes entrevistados que compreendem o estágio como experiência por oportunizar a vivência prática.

Esta concepção de estágio favorece a ideia de que a relação teoria e prática só se efetiva através da aplicação da primeira na segunda. Para superarmos essa lógica dicotômica e fragmentada que separa teoria e prática, o estágio e demais disciplinas, se faz necessário dar a devida importância ao conjunto de conhecimentos que norteiam a formação de professores, uma vez que essa profissão não pode ser realizada na prática pela prática, mas em articulação com a teoria, compreendendo os fatores internos e externos à escola, os determinantes sociais, políticos e econômicos que incidem sobre a educação de modo geral, a escola, o papel de ensinar do professor e o processo de aprendizagem dos estudantes.

Palavras-Chave:
Pedagogia; Formação de professores; Teoria e Prática; Estágio.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Resolução CNE/CP n°1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2026.

BRASIL. Resolução CNE/CP n° 1, de 15 de maio de 2006. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.** Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>.

Acesso em: 05 mar. 2026.

BRASIL. Resolução CNE/CP n° 2, de 19 de fevereiro de 2002. **Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.** Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2026.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 05 mar. 2026.

BRASIL. Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 05 mar. 2026.

CANDAU, Vera Maria; LELIS, Isabel Alice. A relação teoria-prátics ns formação do educador. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Rumo a uma nova didática**. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 57-85.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Prática de ensino:** os estágios na formação do professor. São Paulo: Pioneira, 1985.

CARVALHO, Saulo Rodrigues. O estágio supervisionado da teoria à prática: reflexões a respeito da epistemologia da prática e estágio com pesquisa, a luz da pedagogia histórico-crítica. Revista **HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 52, p. 321-339, set. 2013. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640245/7804. Acesso em: 5 mar. 2026.

FREITAS, Helena COSTA Lopes de. **O trabalho com princípio articulador na prática de ensino e nos estágios.** 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

GOUVEIA, Rebeca Leitão**. Estágio Supervisionado no curso de Pedagogia da UFPB**: as concepções discentes acerca da relação teoria e prática. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17787. Acesso em: 5 mar 2026.

KULCSAR, Rosa. O estágio supervisionado como atividade integradora. In: PICONEZ, Stela Conceição Bertholo (org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 57-67.

MARTELLI, Andréa Cristina; MANCHOPE, Elenita C. P. A história do Curso de Pedagogia no Brasil: da sua criação ao contexto após LDB 9394/96. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Unioeste, Campus de Cascavel, vol. 3, n. 1, p. 1-21, 2004. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/517>. Acesso em: 05 mar. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: PICONEZ, Stela Conceição Bertholo (org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 13-34.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

UFPB. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia.** 2006. Disponível em:< https://sigaa.ufpb.br/sigaa/verProducao?idProducao=467908&key=ebfbad305e5ac92ac69679ac833a5361>. Acesso em: 05 mar. 2026.